

Chular o Estado

Por Vital Moreira, in Económico 20151119

http://economico.sapo.pt/noticias/chular-o-estado_235176.html



1. Há dias um jornal diário fazia manchete com a notícia de que os colégios privados continuam à espera de que seja posta em prática a lei que previu o “cheque ensino”, ou seja, a subsidiação do Estado à frequência do ensino privado.

O que essa notícia esquecia é que as eleições de 4 de outubro alteraram substancialmente a relação de forças na Assembleia da República. Ora, como a ideia de pôr o Estado a subvencionar os colégios privados, independentemente de qualquer défice de oferta da escola pública, era uma das mais características propostas políticas da direita, parece evidente que essa política tem os dias contados.

De facto, é de esperar que a nova maioria parlamentar de esquerda faça cessar imediatamente o financiamento público do ensino privado, salvo nos estritos casos (se é que ainda há algum hoje em dia) de falta comprovada de escola pública nas proximidades e sempre a título transitório, enquanto for insuficiente a oferta de ensino público (que é obrigação do Estado assegurar). Fora dessas condições, o financiamento público do ensino privado é constitucionalmente descabido e politicamente insustentável, sobretudo nas atuais condições de frugalidade orçamental, que aliás estão para ficar.

O Estado tem uma estrita obrigação constitucional de manter a escola pública, não o ensino privado, não podendo desviar verbas que faltam àquele para subvencionar este.

2. A direita e o poderoso lobby dos colégios privados gostam de invocar a “liberdade de ensino” em favor das suas pretensões.

Mas a liberdade de ensino, no estreito sentido de liberdade de criação e de frequência de escolas privadas em vez da escola pública está plenamente garantida em Portugal, incluindo a equiparação pedagógica. E com o sentido de “liberdade de aprender e de ensinar” dos alunos e dos professores, respetivamente, é evidente que ela está mais bem garantida na escola pública - que não pode estar ao serviço de nenhum interesse de grupo nem de nenhuma ideologia – do que nos colégios privados, que naturalmente estão vinculados ao projeto educativo dos seus donos, incluindo de índole confessional.

A liberdade de oferta e de procura de serviços privados de ensino, em vez da escola pública, está entre nós tão bem garantida como a liberdade de optar por serviços de saúde privados em vez do SNS, pela arbitragem privada em vez dos tribunais oficiais, por serviços de segurança privados em vez da PSP, etc. Em nenhum desses casos existe algum dever de financiamento público desses serviços privados opcionais. Não se vê por que é que há de ser diferente no caso do ensino. Para favor já bastam as deduções de despesas de ensino em sede de IRS.

A escola pública é um direito de todos; a escola privada é uma liberdade individual. Ao contrário do que pretendem os ideólogos do “Estado garante” contra o “Estado prestador de serviços”, a liberdade de frequentar escolas privadas não implica nenhum direito de o fazer à custa do orçamento do Estado, muito menos à custa da escola pública.